Revista Eletrônica
Acervo Saúde
Electronic Journal Collection Health ISSN 2178-2091

A importância da implementação da Lei Lucas (Lei Nº 13.722/2018) e da capacitação em primeiros socorros para a segurança no ambiente escolar

The importance of the Implementation of the Lei Lucas (Law No. 13.722/2018) and first aid training for safety in the school environment

La importancia de la implementación de la Lei Lucas (Ley N° 13.722/2018) y de la capacitación en primeros auxilios para la seguridad en el entorno escolar

Thais Ferreira Belicio dos Santos[1], Anna Rita Silva Martins[1], Hanna Dos Santos Marinho[1], Marcos Vinícios Ferreira dos Santos[1].

RESUMO

Objetivo: Analisar a importância da implementação da Lei Lucas nº 13.722/2018 e do treinamento em Primeiros Socorros (PS) para a segurança no ambiente escolar, destacando a contribuição estratégica da enfermagem para o cumprimento dessa legislação. **Métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada de agosto a novembro de 2025. A busca foi executada nas bases de dados: Google Acadêmico e SciELO, por meio dos DeCS “Lei Lucas”, “Primeiros Socorros”, “Enfermagem”, “Ambiente Escolar” e “Segurança nas Escolas”, combinados pelo operador booleano “AND”. Foram incluídos artigos completos em português e inglês, publicados de 2017 à 2025. **Resultados:** A amostra final, após aplicação dos critérios de seleção, foi composta por 18 artigos. A maioria dos estudos apontou falhas na aplicação da Lei Lucas, evidenciando que o principal desafio é o despreparo e a insegurança dos profissionais. A revisão destacou o papel estratégico da enfermagem como articuladora entre saúde e educação, sendo a parceria via PSE/ESF a principal estratégia identificada. **Conclusão:** Pode ser considerado que a capacitação contínua é essencial para gerar a confiança necessária para a prestação eficaz do socorro e tornar um ambiente mais seguro para as crianças.

Palavras-chave: Lei Lucas, Primeiros socorros, Ambiente escolar, Enfermagem, Suporte básico de vida.

ABSTRACT

Objective: To analyze the relevance of implementing Lucas Law No. 13,722/2018 and First Aid (FA) training for safety in the school environment, highlighting the strategic contribution of nursing to compliance with this legislation. **Methods:** This is an integrative literature review conducted from August to November 2025. The search was performed in the databases: Google Scholar and SciELO, using the DeCS terms “Lucas Law,” “First Aid,” “Nursing,” “School Environment,” and “Safety in Schools,” combined with the Boolean operator

[1] Afya Faculdade Redenção-PA, Redenção - PA.

SUBMETIDO EM: 12/2025 | **ACEITO EM: 1/2026** | **PUBLICADO EM: 2/2026**

“AND.” Full articles in Portuguese and English published from 2017 to 2025 were included. **Results:** After applying the selection criteria, the final sample consisted of 18 articles. Most studies pointed to flaws in the application of the Lucas Law, highlighting that the main challenge is the lack of preparation and insecurity of professionals. The review highlighted the strategic role of nursing as a link between health and education, with the partnership via PSE/ESF (School Health Program/Family Health Strategy) being the main strategy identified. **Conclusion:** It can be considered that continuous training is essential to generate the confidence necessary for effective assistance and make the environment safer for children.

Keywords: Lucas Law, First aid, School environment, Nursing, Basic life support.

RESUMEN

Objetivo: Analizar la importancia de la implementación de la "Lei Lucas" (Ley N° 13.722/2018) y la capacitación en Primeros Auxilios (PA) para la seguridad en el entorno escolar, destacando la contribución estratégica de la enfermería para el cumplimiento de esta legislación. **Métodos:** Se trata de una revisión integradora de la literatura, realizada de agosto a noviembre de 2025. La búsqueda se llevó a cabo en las bases de datos: Google Académico y SciELO, utilizando los DeCS "Lei Lucas", "Primeros Auxilios", "Enfermería", "Ambiente Escolar" y "Seguridad en las Escuelas", combinados con el operador booleano "AND". Se incluyeron artículos completos en portugués e inglés, publicados de 2017 a 2025. **Resultados:** La muestra final, tras aplicar los criterios de selección, estuvo compuesta por 18 artículos. La mayoría de los estudios señalaron fallos en la aplicación de la Lei Lucas, evidenciando que el principal desafío es la falta de preparación e inseguridad de los profesionales. La revisión destacó el papel estratégico de la enfermería como articuladora entre salud y educación, siendo la alianza vía PSE/ESF (Programa Salud en la Escuela/Estrategia de Salud Familiar) la principal estrategia identificada. **Conclusión:** Puede considerarse que la capacitación continua es esencial para generar la confianza necesaria para la prestación eficaz de auxilio y hacer el entorno más seguro para los niños.

Palabras clave: Lei Lucas, Primeros auxilios, Ambiente escolar, Enfermería, Soporte vital básico.

INTRODUÇÃO

Os Primeiros Socorros (PS) são intervenções imediatas e iniciais realizadas fora do ambiente hospitalar, destinadas a vítimas de qualquer idade. Essas ações podem ser executadas por qualquer pessoa, treinada ou leiga, com o propósito de preservar a vida, promover o bem-estar e evitar o agravamento das lesões (SMS-SP, 2007).

Ainda citando SMS-SP (2007), nas escolas, onde os profissionais de educação lidam diariamente com crianças e adolescentes, os riscos são ainda maiores. Alunos estão constantemente expostos a uma variedade de imprevistos, adoecem e frequentemente sofrem acidentes devido à sua imaturidade e inocência em relação a brincadeiras ou atos que, para eles, parecem inofensivos. Diante desse cenário, é evidente a necessidade de capacitar os profissionais da educação infantil, uma vez que muitas situações exigem conhecimento e ação imediata em primeiros socorros.

Apesar da alta mortalidade, a intervenção em situações de emergência por socorristas leigos, quando feita corretamente, pode aumentar os desfechos favoráveis. Entende-se por socorrista leigo a pessoa sem formação profissional médica, mas capacitada para intervir em casos de emergência, proporcionando o melhor prognóstico para o paciente e evitando o agravamento de sequelas (GRIMALDI MRM, et al., 2020).

A importância dessa capacitação é reforçada pela Lei nº 13.722, de 2018, conhecida como Lei Lucas, que torna obrigatória a realização de cursos de capacitação em primeiros socorros para professores e funcionários de escolas de educação infantil e básica, públicas e privadas, incluindo também os estabelecimentos de recreação infantil (BRASIL, 2018).

Esta legislação foi estabelecida em homenagem a Lucas Begalli Zamora, um menino de 10 anos que faleceu tragicamente em setembro de 2017 após se engasgar com um pedaço de cachorro-quente durante uma excursão escolar. Infelizmente, Lucas não recebeu os primeiros socorros adequados antes da chegada do atendimento especializado. Diante disso, sua mãe mobilizou-se e apresentou um projeto ao Congresso Nacional, com o objetivo de prevenir novas tragédias e garantir que educadores estejam preparados para agir em situações de risco à vida (BRASIL, 2023; SILVA KT, 2025).

Apesar dessa obrigatoriedade legal, ainda há evidências de que muitos educadores não se sentem preparados para atuar em situações de emergência. A formação de uma equipe qualificada dentro das escolas é necessária, pois, em muitos casos, o professor sozinho pode não conseguir lidar com uma situação crítica. Assim, é fundamental que todos os profissionais de educação infantil tenham pelo menos um conhecimento básico de primeiros socorros, para que possam fornecer uma ajuda qualificada quando necessário (CABRAL EV e OLIVEIRA MF, 2019).

Capacitar os educadores não significa apenas prevenir acidentes, mas também promover uma cultura de segurança e cuidado mútuo, é vital para o desenvolvimento saudável e seguro das futuras gerações. O papel do professor é central nesse contexto, pois ele ocupa uma posição de proximidade com os alunos, sendo frequentemente a primeira pessoa a ser acionada em momentos críticos. O professor, ao construir laços de confiança com os estudantes e, indiretamente, com os pais, assume a responsabilidade de estar preparado para agir com competência e rapidez, demonstrando um compromisso genuíno em proteger e cuidar de seus alunos (SILVA KT, 2025).

A pesquisa se justifica pela importância da capacitação contínua e aprimoramento dos educadores promovendo uma cultura de educação comunitária em saúde, com foco na prevenção e manejo eficaz de emergências no ambiente escolar. Essa iniciativa pretende, assim, contribuir para a segurança das crianças e para a preparação adequada dos profissionais em situações de urgência.

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo realizar uma revisão integrativa acerca da importância da capacitação em primeiros socorros de profissionais da educação infantil, com ênfase nos conhecimentos relacionados ao Suporte Básico de Vida (SBV).

MÉTODOS

O presente estudo se trata de uma revisão integrativa da literatura. Conforme definido por Mendes KDS, et al. (2008), esta metodologia tem a finalidade de reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um tema delimitado de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento investigado. Embora a revisão analise estudos de diversas abordagens, ela assume um caráter qualitativo ao focar na interpretação e síntese do conhecimento para a prática.

Essa metodologia foi selecionada para responder à seguinte questão norteadora: "Qual a importância da implementação da Lei Lucas e dos primeiros socorros para segurança no ambiente escolar, e como a enfermagem pode contribuir para o cumprimento desta lei?".

A importância de sintetizar as evidências científicas é crucial, pois é exigido do profissional da saúde a habilidade de associar resultados de pesquisas na prática clínica para a resolução de problemas.

Especificamente, os enfermeiros, que são constantemente desafiados na busca por conhecimento científico a fim de promoverem a melhoria do cuidado ao paciente. Assim, um dos propósitos da Prática Baseada em Evidências (PBE) é encorajar a utilização de resultados de pesquisa junto à assistência à saúde prestada nos diversos níveis de atenção, reforçando a importância da pesquisa para a prática clínica.

Foi realizada uma leitura no período de agosto a novembro de 2025. Para a seleção do material foram utilizadas as seguintes bases de dados: Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Os termos utilizados como Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) foram: “Lei Lucas”, “Primeiros Socorros”, “Enfermagem”, “Ambiente Escolar” e “Segurança nas Escolas”. As buscas foram realizadas por meio de combinações desses descritores, utilizando-se o operador booleano “AND”.

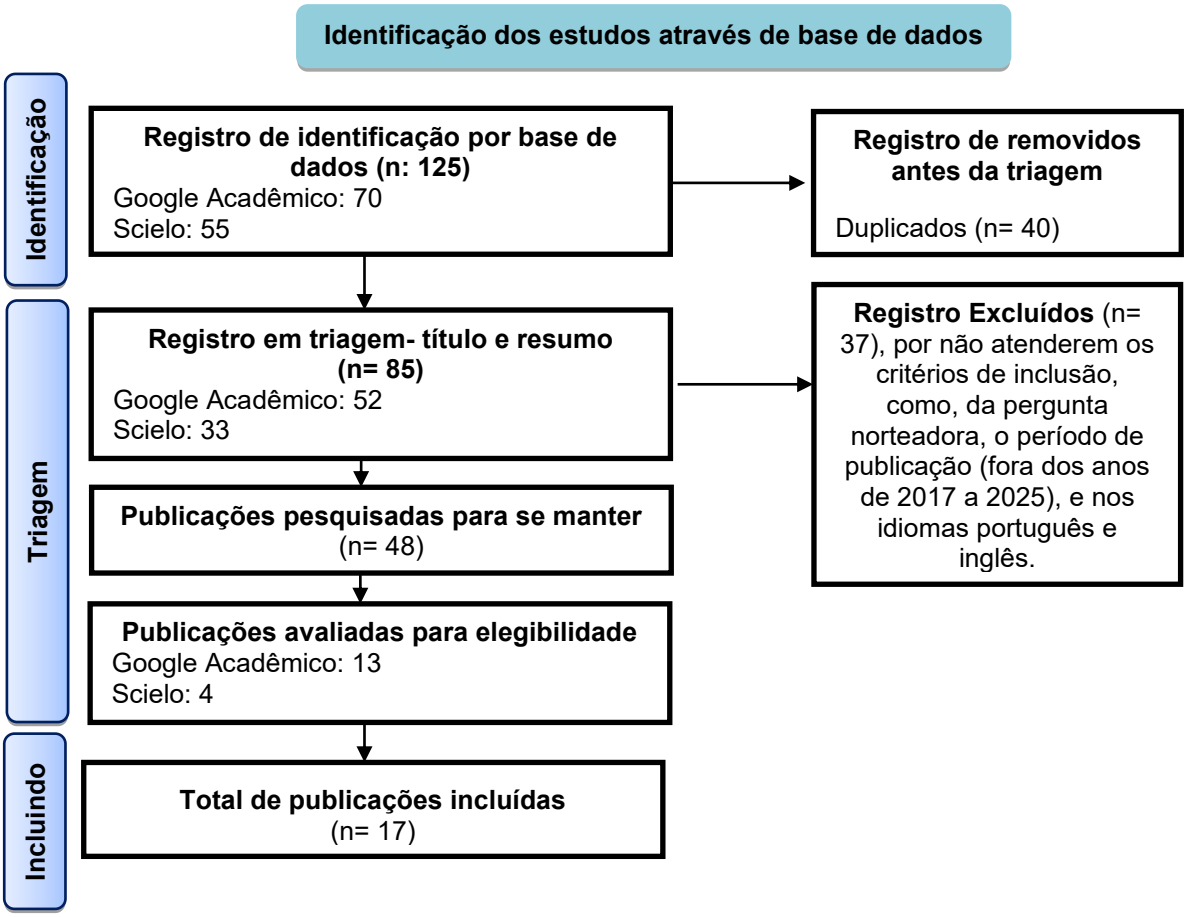
Como critérios de inclusão, foram adotados artigos publicados em bases de dados nacionais e internacionais, disponíveis na íntegra, nos idiomas português e inglês, e que abordassem a temática da Lei Lucas e dos primeiros socorros no contexto escolar, publicados no período de 2017 (ano que houve a mobilização para a criação da lei) a 2025.

Foram excluídos: artigos duplicados, estudos de revisão integrativa ou sistemática, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e artigos de opinião. Essa abordagem permitiu uma compreensão ampla da relevância da implementação da Lei Lucas e do papel da enfermagem nesse processo.

RESULTADOS

Após as buscas nas bases de dados, foram identificados 125 artigos. Desses, 37 foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão e 25 por duplicidade. Assim, 48 estudos foram selecionados para leitura completa, resultando em uma amostra final de 18 artigos que atenderam aos objetivos da pesquisa e compuseram a revisão integrativa, conforme apresentado no fluxograma da **Figura 1**.

Figura 1 - Fluxograma do processo de seleção dos artigos para revisão integrativa.



Fonte: Santos TFB, et al., 2026.

O **Quadro 1** Apresenta resumidamente os artigos incluídos na amostra final, abrangendo além de título dos artigos, os autores e ano de publicação, tipo de estudo, objetivos e conclusões, inseridos nos principais resultados

Quadro 1 - Artigos selecionados para revisão integrativa.

Nº	Autor/Ano	Principais resultados
1	Ferreira AM, et al. (2019).	Tipo de estudo: Pesquisa-ação, com caráter descritivo de abordagem qualitativa. Com objetivo de identificar o nível de conhecimento em Primeiros Socorros (PS) dos professores da Educação Infantil de uma escola privada, localizada na cidade de Curitiba (PR).
2	Lima GS, et al. (2021).	Tipo de estudo: Quase-experimental, quantitativo. Com objetivo de analisar o conhecimento dos profissionais de escolas municipais após a prática educativa de primeiros socorros na infância, enfatizando o baixo nível de conhecimento prévio dos profissionais sobre o tema e a apreensão significativa de conhecimento após a intervenção educacional.
3	Pereira JP, et al. (2020).	Tipo de estudo: Quantitativo, descritivo. Com objetivo de avaliar a efetividade de uma capacitação para equipe do ensino infantil sobre a obstrução de vias aéreas por corpo estranho, enfatizando a melhora do conhecimento dos participantes após a intervenção e a necessidade de capacitações contínuas para um cuidado integral da saúde dessas crianças.
4	Silva KT (2025)	Tipo de estudo descritivo-analítico. Com objetivo de analisar a Lei Lucas sob a ótica dos direitos da criança e do adolescente, reforçando seu papel como política pública de proteção integral.
5	Farias LA, et al. (2023)	Tipo de estudo: Relato de experiência. Com objetivo de relatar a experiência de capacitação em Primeiros Socorros para educadores, baseadas na Lei Lucas, enfatizando a insuficiência de conhecimento prévio dos participantes e a contribuição das ações educativas para a melhoria e disseminação das noções de primeiros socorros.
6	Hadge RB, et al. (2023)	Tipo de estudo qualitativo. Com objetivo de demonstrar que a falta de treinamentos adequados ainda é uma barreira para o cumprimento da Lei Lucas e que os professores carecem de segurança em agir diante de emergências.
7	Silva ACJP, et al. (2023)	Tipo de estudo exploratório. Com objetivo de mostrar a necessidade de incluir conteúdos de primeiros socorros nos currículos dos cursos de licenciatura, promovendo a formação de professores mais preparados.
8	Cabral EV e Oliveira MF (2019)	Tipo de estudo descritivo. Com objetivo de evidenciar a baixa adesão das escolas à Lei Lucas e a carência de ações conjuntas entre secretarias municipais de saúde e educação.
9	Grimaldi MRM, et al. (2020)	Tipo de estudo de revisão narrativa. Com objetivo de abordar a atuação do enfermeiro na capacitação de educadores e na promoção da segurança infantil, destacando sua importância no contexto da Lei Lucas.
10	Mantovani JL, et al. (2023)	Tipo de estudo descritivo. Com objetivo de identificar experiências positivas de implementação da Lei Lucas, com redução de incidentes e maior segurança no ambiente escolar.
11	Rosário RS, et al. (2023)	Tipo de estudo qualitativo. Com objetivo de apontar desafios na manutenção de capacitações e na sensibilização de gestores escolares quanto à importância da formação permanente.
12	Lopes MP e Fonseca LR (2025)	Tipo de estudo documental. Com objetivo de analisar a Lei Lucas como instrumento pedagógico e de cidadania, defendendo sua inserção nas políticas de gestão escolar.
13	Neto NMG, et al. (2017)	Tipo de estudo transversal. Com objetivo de revelar lacunas no conhecimento dos educadores sobre primeiros socorros e a importância de capacitações regulares para reduzir o tempo de resposta em emergências.
14	Freitas JBQ, et al. (2023)	Tipo de estudo descritivo qualitativo de natureza pesquisa-ação. Com objetivo de analisar o entendimento dos funcionários de uma escola estadual de ensino fundamental sobre primeiros socorros antes e após uma capacitação in loco, destacando a necessidade de educação permanente para melhorar a segurança dos profissionais e reduzir a vulnerabilidade das crianças em situações de emergência.
15	Calandrim LF, et al. (2017)	Tipo de estudo: Quase-experimental do tipo pré e pós-teste. Com objetivo de avaliar o conhecimento e a habilidade de professores e funcionários após um treinamento de primeiros socorros, enfatizando a efetividade do treinamento e o aumento significativo na pontuação média de conhecimento e habilidade dos profissionais no ambiente escolar.
16	Olmos-Gomez MDC, et al. (2021)	Tipo de estudo: Estudo quantitativo (quase-experimento, análise de médias independentes/teste de Student). Com objetivo de analisar as diferenças significativas na satisfação com a qualidade educacional no ensino superior (Itália) entre alunos e professores, enfatizando as diferenças significativas nas percepções entre os dois grupos e o papel da coordenação pedagógica e gestão no aumento da satisfação dos alunos.
17	Brito JG, et al. (2018)	Tipo de estudo: Quase-experimental, quantitativo. Com objetivo avaliar o efeito de uma capacitação em primeiros socorros para equipes de escolas especializadas, constatando baixo conhecimento inicial e aumento significativo após a intervenção educativa.

Fonte: Santos TFB, et al., 2026.

DISCUSSÃO

A capacitação de profissionais da educação em Primeiros Socorros (PS) é primordial para a segurança e o bem-estar das crianças no ambiente escolar. De acordo com Silva KT (2025), a Lei nº 13.722/2018, conhecida como Lei Lucas, contribuiu para um marco na segurança escolar ao tornar obrigatória a capacitação em noções básicas de PS para professores e funcionários da educação infantil e fundamental. Essa medida visa garantir respostas imediatas em situações de risco, reduzindo a gravidade de acidentes até a chegada do socorro especializado (BRASIL, 2018).

Apesar do avanço legal, a implementação da Lei Lucas ainda enfrenta desafios. Segundo FreitasJBQ,et al. (2023), embora os acidentes escolares sejam comuns, ainda existem lacunas importantes na integração entre educação e saúde, sendo o ensino de primeiros socorros pouco difundido. Essa carência faz com que o atendimento ocorra, muitas vezes, apenas pelo impulso da solidariedade, sem o treinamento adequado, o que pode causar danos irreparáveis à vítima. Esses achados demonstram que a efetividade da Lei depende de um compromisso institucional articulado entre os setores. Nesse contexto, o enfermeiro assume papel estratégico, atuando na promoção da saúde e no ensino de primeiros socorros nas escolas, contribuindo para a prevenção de agravos e para a capacitação dos educadores (CABRAL EV e OLIVEIRA MF, 2019).

Conforme apontado por Neto NMG, et al. (2017), primeiros socorros são definidos por condutas iniciais realizadas por qualquer indivíduo, mesmo sem formação em saúde, com o objetivo de preservar a vida e evitar o agravamento da vítima. No cenário escolar, SilvaACJP,et al. (2023) destacam que a grande maioria dos educadores se sentem inseguros e incapazes para agir em situações de emergências, principalmente pela ausência do conteúdo de primeiros socorros na formação docente. Esse sentimento de insegurança pode levar à omissão de socorro ou à má execução dos procedimentos, o que reforça ainda mais a importância do preparo técnico e emocional.

Para Hadge RB, et al. (2023), o conhecimento técnico está diretamente ligado à autonomia e autoconfiança profissional, proporcionando assim uma segurança maior nas decisões. Essa segurança é crucial, pois a resposta inicial em uma emergência conta muito com o desfecho, pois a hesitação pode ser fatal, conforme demonstrado no caso que originou a Lei Lucas. Na área de saúde, o termo "tempo é vida" condiz muito ao enfatizar que não se pode negligenciar o socorro imediato, visando assim proporcionar condições mais favoráveis ao paciente após o acidente (LOPES MP e FONSECA LR, 2025). Portanto, é necessário que as instituições de ensino não apenas incluam os princípios e práticas de primeiros socorros como componente curricular na formação docente, mas que consolide essa inclusão de forma obrigatória, garantindo o direito das crianças a um ambiente mais seguro.

A necessidade de preparo não é um problema nacional, o problema demonstra ser global, visto que Olmos-Gomez MDC, et al. (2021)relatam que, em um estudo realizado na Espanha, muitos profissionais da educação também se sentem despreparados, ressaltando a importância de formações permanentes com metodologias ativas que relacionem teoria e prática. Nesse sentido, Calandrim LF, et al. (2017) e Cabral EV e Oliveira MF (2019) defendem que as capacitações devem ser baseadas em simulações realísticas, que permitam aos participantes desenvolver confiança e autonomia para agir de forma eficaz. Contudo, esses autores também apontam desafios significativos, como a falta de recursos materiais e estruturais, tempo reduzido para o ensino e a ausência de apoio institucional, fatores que limitam a consolidação de ações preventivas e reforçam a necessidade de suporte político e financeiro.

A Lei Lucas busca suprir essa lacuna ao determinar o treinamento obrigatório em primeiros socorros, promovendo a capacitação e o uso de recursos que favorecem o aprendizado prático (BRITO JG, et al., 2018). A importância de tal formação é inegável, visto que cerca de 40% dos professores já presenciaram casos de engasgo, mas apenas 26,7% souberam responder corretamente (PEREIRA JP, et al., 2020; HADGE RB, et al., 2023). Lima GS, et al. (2021)também ressaltam o baixo domínio dos educadores em relação à Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP), onde apenas 8% entendem a importância e o modo correto de executar as compressões torácicas, o que reforça a importância de uma capacitação contínua.

A análise dos estudos é similar, pois a capacitação técnica e a maturidade emocional dos educadores são pilares inegociáveis para garantir uma atuação eficaz e alcançar desfechos positivos (ROSÁRIO RS, et al., 2023). No entanto, é de grande urgência se romper com a visão puramente numérica, dados estatísticos perdem seu significado quando confrontados com o valor inestimável das vidas. Somente ao adotarmos um olhar humanizado para o cuidado e a educação, entendemos a real dimensão do nosso papel. A sociedade é atingida por acidentes, com as crianças sendo as vítimas mais frequentes. Cada incidente, registro ou óbito no cotidiano escolar não é apenas uma estatística, mas sim um trauma profundo que afeta diretamente toda a comunidade.

A Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelecem a proteção integral à criança e definiram que é dever da família, da sociedade e do Estado garantir a vida e a saúde da criança (SILVA KT, et al., 2025). Nesse contexto, a escola se encaixa como parte da sociedade em ser corresponsável pela proteção dos alunos, o que configura como falha institucional e violação de direitos fundamentais quando não se dá a capacitação dos profissionais ou de protocolos de emergências.

Para que as escolas cumpram integralmente seu dever de cuidado, a articulação entre saúde e educação é incentivada e estruturada pelo Programa Saúde na Escola (PSE), implementado em parceria direta com a Estratégia de Saúde da Família (ESF) (GRIMALDI MRM, et al., 2020). Nesse cenário de integração, o enfermeiro da ESF assume o papel central, pois é ele o responsável por conduzir o diagnóstico situacional e, com base em evidências, planejar, implementar e avaliar as ações de educação em saúde e os treinamentos. Essa atuação estratégica é imprescindível para garantir uma postura de liderança e cuidado comunitário, visto que, conforme alertam Cabral EV e Oliveira MF (2019) a falta de preparo técnico das equipes pode resultar em condutas inadequadas e, consequentemente, em agravos totalmente evitáveis.

Os achados de Mantovani JL, et al. (2023) revelam um dado significativo, que 100% dos educadores que já passaram por treinamento prévio consideram que é de suma importância uma nova reciclagem, indicando que a atualização contínua é a melhor via para garantir segurança e confiança na atuação. Esta percepção é reforçada pela legislação, onde Rosário RS, et al. (2023) lembram que a Lei Lucas estabelece a obrigatoriedade de cursos e capacitações periódicas para todo o corpo funcional, prevendo penalidades expressivas em caso de não cumprimento.

Nesse contexto, o treinamento em Suporte Básico de Vida (SBV) revela-se indispensável, pois é onde corresponde ao atendimento inicial, voltado tanto para leigos quanto para profissionais, sendo assim de suma importância para a redução de complicações e sequelas até a chegada do socorro especializado. O treinamento engloba manobras de Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP), o uso de Desfibriladores Externos Automáticos (DEA) e as manobras de desobstrução de vias aéreas por corpo estranho (OVACE) (ROSÁRIO RS, et al., 2023).

Embora a atuação multiprofissional seja crucial, a participação do enfermeiro se revela determinante para a efetividade das capacitações. Conforme evidenciado por Ferreira AM, et al. (2019), em uma pesquisa, onde 100% dos entrevistados é favor de visitas periódicas, e é nesse ponto que o enfermeiro se torna o elo vital, assumindo a responsabilidade de fornecer orientações essenciais sobre temas de saúde (vacinas, crescimento, higiene e prevenção) e também pela qualificação de professores e colaboradores em como proceder diante de ocorrências (FARIAS LA, et al., 2023). Essa parceria estratégica entre saúde e educação fortalece os vínculos institucionais e aprimora decisivamente a capacidade de resposta da escola em situações de emergência diante de suas realidades. Por meio dessas ações, o enfermeiro esclarece dúvidas que persistem no cotidiano escolar, como: o acionamento de familiares, a forma de realizar os registros, o uso correto do kit de PS, a gestão do tumulto entre escolares e a busca por serviço especializado (BRASIL, 2018).

Outro ponto de grande relevância é a importância da criação e implementação de protocolos institucionais que orientem as ações em emergências. Cabral EV e Oliveira MF (2019), destacam que a definição clara de etapas e o uso de manuais favorecem respostas rápidas e seguras, evitando improvisos e

reduzindo o agravamento do quadro. Esses manuais devem ser institucionalizados e acompanhados de formações práticas e certificadas, garantindo que todos os profissionais conheçam e apliquem corretamente as condutas previstas. (LOPES MP e FONSECA LR, 2025).

Segundo Lopes MP e Fonseca LR (2025) o maior índice de acidentes ocorre em creches e pré-escolas que atendem crianças de 0 a 6 anos. Esses achados reforçam os dados da ONG Criança Segura (2024), que apontam acidentes como a principal causa de morte entre crianças de 1 a 14 anos no Brasil, sendo a maioria evitável por meio de medidas preventivas e capacitação dos adultos responsáveis. Entre os tipos mais comuns, destacam-se quedas, afogamentos e engasgos, ou seja, são situações que exigem conhecimento básico de PS para um atendimento imediato e eficaz.

A segurança escolar depende do envolvimento efetivo dos gestores, que possuem o dever de garantir o cumprimento da Lei Lucas e de estimular uma cultura preventiva. A integração de cursos e treinamentos contínuos sobre primeiros socorros é a medida decisiva para consolidar essa cultura no ambiente escolar (FARIAS LA, et al., 2023). Quando as medidas preventivas são aliadas à capacitação técnica e ao apoio institucional, a responsabilidade coletiva na proteção da vida é fortalecida e concretizada.

Em última análise, conclui-se que a capacitação em primeiros socorros, com ênfase no Suporte Básico de Vida (SBV), é o instrumento indispensável para a segurança infantil nas escolas. Sua efetividade, no entanto, depende da atuação integrada e proativa entre os setores da saúde e da educação, do comprometimento político com o tema e, principalmente, da continuidade das ações formativas, garantindo, assim, a plena e duradoura aplicação da Lei Lucas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão permitiu concluir que a Lei Lucas constitui um marco e avanço crucial para o fortalecimento da segurança no âmbito escolar, ao instituir a obrigatoriedade da capacitação em Suporte Básico de Vida (SBV) para todos os profissionais da educação. Sua aplicação prática promove não apenas o preparo técnico, mas também o fortalecimento da autoconfiança e do preparo emocional dos educadores diante de situações de urgência, contribuindo para a prevenção de agravos e a proteção efetiva da vida. Todavia, o principal desafio identificado continua sendo a insuficiência do preparo inicial, a falta de incentivo e a ausência de políticas de formação continuada. Portanto, a capacitação permanente dos docentes e demais profissionais escolares devem ser incorporadas aos Planos Municipais de Educação e de Saúde. Essa medida garante que o aprendizado em primeiros socorros não se restrinja a ações pontuais, mas sim a um processo contínuo de atualização. Além disso, a integração intersetorial entre as instituições de saúde e educação, mediada por programas como o PSE e a ESF, representa a estratégia mais eficaz para a implementação e efetivação da Lei Lucas e para o cumprimento do princípio da Proteção Integral previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em síntese, a efetivação plena da Lei Lucas depende do fortalecimento das políticas públicas intersetoriais, da valorização do papel do enfermeiro como educador em saúde e da criação de estratégias sistemáticas de atualização e monitoramento, pois somente por meio dessa articulação contínua será possível transformar a escola em um espaço verdadeiramente seguro, preparado e comprometido com a preservação da vida de seus alunos.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13722.htm. Acessado em: 05 de outubro de 2025.
2. BRITO JG, et al. Efeito de capacitação sobre primeiros socorros em acidentes para equipes de escolas de ensino especializado. Revista Brasileira de Enfermagem, 2020; 73(2): e20180288.
3. CABRAL EV, OLIVEIRA MF. Primeiros socorros na escola: conhecimento dos professores. Revista Práxis, 2019; 11(22).

4. CALANDRIM LF, et al. Primeiros socorros na escola: treinamento de professores e funcionários. Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste, 2017; 18(3): 292-299.
5. CRIANÇA SEGURA BRASIL. Entenda os acidentes. [s.d.]. Disponível em: https://criancasegura.org.br/entenda-os-acidentes/. Acessado em: 08 de outubro de 2025.
6. FARIAS LA, et al. Capacitação em primeiros socorros para profissionais da educação baseado na "Lei Lucas": relato de experiência. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, 2023; 6(13).
7. FERREIRA AM, et al. Atuação do Enfermeiro como educador em Saúde de Primeiros Socorros em Escola de Ensino Infantil. UEPG Ciências Biológicas e da Saúde, 2019; 25(2): 37-49.
8. FREITAS JBQ, et al. Lei Lucas: primeiros socorros em uma escola estadual de ensino fundamental. Revista de Enfermagem da UFJF, 2023; 9(1).
9. GRIMALDI MRM, et al. A escola como espaço para aprendizado sobre primeiros socorros. Rev.Enferm.UFSM – REUFSM, 2020; 10:e20:1-15.
10. HADGE RB, et al. Conhecimentos de professores do ensino fundamental acerca de primeiros socorros. Texto & Contexto Enfermagem, 2023; 32: e20230029.
11. LIMA GS, et al. Primeiros socorros como objeto de educação em saúde para profissionais de escolas municipais. Revista de Enfermagem da UFSM, 2021; 11: e10.
12. LOPES MP, FONSECA LR. O uso do Design Thinking no desenvolvimento de ações formativas em primeiros socorros: uma experiência com profissionais da educação básica. Educação em Revista, 2025; 41.
13. MANTOVANI JL, et al. Avaliação do conhecimento sobre a Lei Lucas e sua aplicabilidade: estudo piloto na rede de ensino pública do ensino infantil e fundamental. Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR, 2023; 27(4): 1946-1961.
14. MENDES KDS, et al. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto & Contexto Enfermagem, 2008; 17(4): 758-764.
15. NETO NMG, et al. Primeiros socorros na escola: construção e validação de cartilha educativa para professores. Acta Paul Enferm., 2017; 30(1): 87-93.
16. OLMOS-GÓMEZ MDC, et al. Qualidade no Ensino Superior e Satisfação entre Professores e Alunos. European Journal of Investigation in Health, Psychology and Education, 2021; 11(1): 219-229.
17. PEREIRA JP, et al. Educação em saúde: efetividade de uma capacitação para equipe do ensino infantil sobre a obstrução de vias aéreas por corpo estranho. Revista REBRAM, 2020; 23(2): 17-25.
18. ROSÁRIO RS, et al. Implementação da Lei Lucas - Lei nº 13.722/18 através do treinamento em Suporte Básico de Vida para profissionais de educação, de uma escola em Tracuateua, Pará, Amazônia – Brasil. Nova Revista Amazônica, 2023; 11(3): 145-156.
19. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO PAULO.Manual de prevenção de acidentes e primeiros socorros nas escolas.2.ª ed. São Paulo: SMS-SP, 2007. Disponível em: https://amavi.org.br/arquivo/colegiados/codime/2016/Primeiros_Socorros_Manual_Prev_Acid_Escolas.pdf. Acesso em: 25 set. 2025.
20. SILVA ACJP, et al. Primeiros socorros na escola, papel da enfermagem e a contribuição da Lei Lucas. Revista Contemporânea, 2023; 3(9).
21. SILVA KT. A Lei Lucas como efetivação do princípio da proteção integral no ambiente escolar. Revista F&T, 2025; 29(147).